

SIMULADO 8



**INSTITUTO
FERNANDO MOURA
DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS**
CONSULTORIA E CURSOS ESPECIAIS

CLUBE IFM

O melhor clube de estudos da língua portuguesa!

www.proffernandomoura.com.br

SIMULADO 8

Elaboração: Professor Fernando Moura

Hora de testar seus conhecimentos.

Lembre-se de que errar faz parte do processo. O importante é internalizar conhecimentos.

Amanhã, você receberá as respostas comentadas (eu sou uma pessoa muito bacana mesmo)!

Forte abraço!

Professor Fernando Moura

Texto para as questões de 1 a 10.

Segundo o Código Tributário Nacional (CTN), poder de polícia é a atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes da concessão ou autorização do poder público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos. São exemplos do poder de polícia: licença para construir, autorização para porte de arma de fogo, imposição de multas administrativas, apreensão de mercadorias e outros.

Nesse contexto, de acordo com a doutrina, o poder de polícia possui fases ou ciclos. A primeira, denominada ordem de polícia, corresponde à legislação que estabelece os limites e os condicionamentos aos exercícios das atividades privadas e ao uso de bens. A segunda, consentimento de polícia, revela-se na anuência prévia da

Administração, quando exigida, para a prática de determinadas atividades privadas, como licenças ou autorizações. A terceira, chamada de fiscalização de polícia, diz respeito à atividade de verificação do adequado cumprimento das ordens de polícia ou das regras previstas no consentimento de polícia pelo particular. Por fim, há a sanção de polícia, que se traduz por meio da atuação administrativa coercitiva, na situação de se constatar o descumprimento de uma ordem de polícia ou dos requisitos e das condições previstas no consentimento de polícia.

No tocante à distinção entre polícia administrativa e polícia judiciária, devem-se explicitar alguns critérios. Quanto ao objeto de incidência, a polícia administrativa incide sobre bens, serviços ou atividades privadas; a polícia judiciária incide sobre pessoas. Quanto às infrações, a polícia administrativa trata de infrações administrativas; a polícia judiciária, de infrações criminais. Quanto aos órgãos competentes, a polícia administrativa é exercida por órgãos administrativos de caráter fiscalizador, integrantes dos mais diversos setores da Administração; a polícia judiciária é realizada por corporações específicas — Polícia Civil e Polícia Federal. Ressalte-se, também, que a natureza da polícia administrativa é predominantemente preventiva e ostensiva, ao passo que a da polícia judiciária é repressiva e investigativa.

Em face do exposto, conclui-se que o poder de polícia é o poder de que dispõe a Administração Pública para, na forma da lei, condicionar ou restringir o uso de bens, o exercício de direitos e a prática de atividades privadas, com vistas a proteger o interesse público.

Fernando Moura. Temas para Carreiras Policiais (com padrões de respostas comentados), Brasília, DF, 2021. www.proffernandomoura.com.br.

1. No texto acima, a introdução tem a função textual de:

- (A) delimitar o tema a ser abordado no texto por meio da conceituação e exemplificar aspectos relacionados a ele.
- (B) alertar para a necessidade de a Administração Pública condicionar ou restringir o uso de bens, o exercício de direitos e a prática de atividades privadas, com o intuito de proteger o interesse público.
- (C) indicar um problema grave existente na sociedade brasileira: as dificuldades relacionadas ao exercício do poder de polícia.
- (D) prever a conceituação do poder de polícia, a fim de aplicá-lo na garantia da segurança pública.

2. “Nesse contexto, de acordo com a doutrina, o poder de polícia possui fases ou ciclos. A primeira, denominada ordem de polícia, corresponde à legislação que estabelece os limites e os condicionamentos aos exercícios das atividades privadas e ao uso de bens”. Nesse trecho, a expressão “fases ou ciclos”, em relação a “A primeira, denominada ordem de polícia (...)”, corresponde a um:

(A) hipônimo.

(B) antônimo.

(C) hiperônimo.

(D) elemento enfático.

3. O terceiro parágrafo do texto tem a finalidade de:

(A) destacar a importância da polícia administrativa e da polícia judiciária.

(B) indicar a oposição entre a polícia administrativa e a polícia judiciária.

(C) discriminar a polícia administrativa e a polícia judiciária.

(D) exemplificar as ações da polícia administrativa e as da polícia judiciária.

4. A oração destacada em “(...) o poder de que dispõe a Administração Pública **para, na forma da lei, condicionar ou restringir o uso de bens, o exercício de direitos e a prática de atividades privadas** (...)” corresponde, na forma desenvolvida, a:

(A) para que, na forma da lei, condicione ou restrinja o uso de bens, o exercício de direitos e a prática de atividades privadas

(B) para, na forma da lei, condicione ou restrinja o uso de bens, o exercício de direitos e a prática de atividades privadas

(C) para que, na forma da lei, condicionasse ou restringisse o uso de bens, o exercício de direitos e a prática de atividades privadas

(D) para, na forma da lei, condicionarem ou restringirem o uso de bens, o exercício de direitos e a prática de atividades privadas

5. O quarto parágrafo do texto deve ser classificado, em termos de gênero textual predominante, como:

- (A) conclusivo-panfletário.
- (B) expansivo-preditivo.
- (C) conclusivo-narrativo.
- (D) conclusivo-expositivo.

6. O segmento do texto que NÃO apresenta complemento verbal direto é:

- (A) “limitando ou disciplinando direito”.
- (B) “o poder de polícia possui fases ou ciclos”.
- (C) “na situação de se constatar o descumprimento de uma ordem de polícia”.
- (D) “há a sanção de polícia”.

7. “Em face do exposto, conclui-se que o poder de polícia é o poder **de que** dispõe a Administração Pública para, na forma da lei, condicionar ou restringir o uso de bens, o exercício de direitos e a prática de atividades privadas, com vistas a proteger o interesse público”. A estrutura destacada exerce função sintática de

- (A) sujeito.
- (B) complemento nominal.
- (C) predicativo do objeto.
- (D) objeto indireto.

8. “Ressalte-se, também, **que a natureza da polícia administrativa é predominantemente preventiva e ostensiva**”. A oração destacada classifica-se em:

- (A) subordinada substantiva objetiva direta.
- (B) subordinada substantiva subjetiva.
- (C) subordinada adjetiva explicativa.
- (D) subordinada adverbial causal.

9. A opção em que o termo destacado exerce função sintática diferente dos demais é:

(A) “na anuência prévia **da Administração**”.

(B) “prática **de ato**”.

(C) “concernente **à segurança**”.

(D) “descumprimento **de uma ordem**”

10. “Quanto às infrações, a polícia administrativa trata de infrações administrativas; a polícia judiciária, de infrações criminais”. A vírgula após “judiciária” justifica-se pelo (a):

(A) deslocamento sintático.

(B) elipse verbal.

(C) termo explicativo.

(D) termo restritivo.

Acertou todas as questões?

SIMULADO 8

RESPOSTAS COMENTADAS



INSTITUTO
FERNANDO MOURA
DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS
CONSULTORIA E CURSOS ESPECIAIS

CLUBE IFM

O melhor clube de estudos da língua portuguesa!

www.proffernandomoura.com.br

SIMULADO 8

Elaboração: Professor Fernando Moura

RESPOSTAS COMENTADAS

1. Letra A. (A) Certa. Delimita-se o tema a ser abordado no texto por meio da conceituação de poder de polícia e exemplificam-se aspectos relacionados a ele. (B) Errada. Alertar para a necessidade de a Administração Pública condicionar ou restringir o uso de bens, o exercício de direitos e a prática de atividades privadas, com o intuito de proteger o interesse público não é a função do parágrafo. (C) Errada. O parágrafo não indica um problema grave existente na sociedade brasileira: as dificuldades relacionadas ao exercício do poder de polícia. (D) Errada. A introdução do texto não tem caráter preditivo, mas conceitual.

2. Letra C. Em “Nesse contexto, de acordo com a doutrina, o poder de polícia possui **fases ou ciclos (hiperônimo: expressão de sentido amplo). A primeira (fase), denominada ordem de polícia (hipônimo: expressão de sentido restrito, particularizado)**, corresponde à legislação que estabelece os limites e os condicionamentos aos exercícios das atividades privadas e ao uso de bens”.

(A) Errada. Não se trata de hipônimo.

(B) Errada. Não se trata de antônimo (sentido oposto).

(C) Certa. Trata-se de hiperônimo.

(D) Errada. Não se trata de elemento enfático.

3. Letra C. (A) Errada. Não se trata de destacar a importância da polícia administrativa e da polícia judiciária. (B) Errada. Indicam-se as diferenças entre a polícia administrativa e a polícia judiciária (e não a oposição entre elas) . (C) Certa. Discriminam-se (ou distinguem-se) a polícia administrativa e a polícia judiciária (D) Errada. Não se exemplificam as ações da polícia administrativa e as da polícia judiciária.

4. Letra A. (A) Certa. Trata-se de oração adverbial final, com a conjunção “que” logicamente implícita: “**para QUE**, na forma da lei, (ela = a Administração Pública) **condicione** ou **restringa** (verbos obrigatoriamente no presente do subjuntivo, para garantirem correlação com “dispõe”/presente do indicativo) o uso de bens, o exercício de direitos e a prática de atividades privadas”.

(A) Certa. Reescritura adequada.

(B) Errada. Reescritura inadequada.

(C) Errada. Reescritura inadequada.

(D) Errada. Reescritura inadequada.

5. Letra D. Trata-se de parágrafo **conclusivo** do texto dissertativo-**expositivo** (técnico-informativo).

(A) Errada. O texto panfletário é denunciante e exagerado. Não é o caso. (B) Errada. O texto preditivo antecipa o futuro. Não é o caso. (C) Errada. O texto narrativo envolve, especialmente, ações e personagens. Não é o caso. (D) Certa. Trata-se de parágrafo conclusivo do texto dissertativo-expositivo (técnico-informativo).

6. Letra C.

(A) “limitando (v.t.d) ou disciplinando (v.t.d) direito (objeto direto) ”. (B) “o poder de polícia (sujeito) possui (v.t.d) fases ou ciclos (objeto direto)”. (C) “na situação de se (partícula apassivadora) constatar (v.t.d) o descumprimento de uma ordem de polícia (**sujeito**)”. Lembre-se de que a partícula apassivadora transforma o objeto direto em sujeito paciente. (D) “há (impessoal/v.t.d) a sanção de polícia (objeto direto)”.

7. Letra D. Em “Em face do exposto, conclui-se que o poder de polícia é o poder de que (= do qual) dispõe a Administração Pública para, na forma da lei, condicionar ou restringir o uso de bens, o exercício de direitos e a prática de atividades privadas, com vistas a proteger o interesse público”, o pronome relativo “que” retoma “o poder”. Assim, “de que” tem valor de “do poder”. Na ordem direta, teremos: “A Administração Pública (sujeito) dispõe (v.t.i) do poder (objeto indireto)”.

(A) Errada. Não se trata de sujeito.

(B) Errada. Não se trata de complemento nominal.

(C) Errada. Não se trata de predicativo do objeto.

(D) Certa. Trata de objeto indireto de “dispõe”.

8. Letra B. O verbo “Ressalte”, transitivo direto, vem seguido de partícula apassivadora, cuja função é transformar a oração consequente em **sujeito**. Trata-se, portanto, de oração subordinada substantiva **subjativa**, introduzida pela conjunção integrante “que”. (A) Errada. Trata-se de oração subordinada substantiva subjetiva por causa da presença da partícula apassivadora. (B) Certa . Trata-se de oração subordinada substantiva subjetiva. (C) Errada. A subordinada adjetiva explicativa é introduzida por pronome relativo. (D) Errada. Trata-se de oração subordinada substantiva subjetiva.

9. Letra A.

(A) “na anuência prévia **da Administração**”(adjunto adnominal do substantivo “anuência” = a Administração anui/agente).(B) “prática **de ato** (complemento nominal do substantivo “prática” = praticar ato). (C) “concernente **à segurança** (complemento nominal do adjetivo “concernente”. (D) “descumprimento **de uma ordem**” (complemento nominal do substantivo “descumprimento” = descumprir uma ordem).

10. Letra B. Em “Quanto às infrações, a polícia administrativa trata de infrações administrativas; a polícia judiciária (trata) de infrações criminais”, o verbo “trata” fica logicamente implícito. Como houve elipse/zeugma do verbo, a vírgula se faz obrigatória.

(A) Errada. Não se trata de deslocamento sintático.

(B) Certa. Trata-se de elipse verbal.

(C) Errada. Não se trata de termo explicativo.

(D) Errada. Não se trata de termo restritivo.

Bom demais!!!

Rumo ao sucesso!

Forte abraço!

Professor Fernando Moura